

Duração das aulas da rede estadual será aplicada para 50 minutos em 2025



Secretaria informou que serão seis aulas de 50 minutos por dia em substituição às sete de 45 minutos; expectativa é que a ampliação possa dar aos professores a oportunidade de organizar melhor os planos de aula, ao mesmo tempo em que os estudantes são beneficiados com o tempo extra para a execução das tarefas.

Da Redação

ENSINO PÚBLICO

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) vai ampliar a duração da aula de cada disciplina da grade dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio a partir do próximo ano letivo. As aulas nas unidades da rede estadual terão 50 minutos. A Seduc informou que serão seis aulas por dia para alunos que estudam em escolas de período parcial nos turnos da manhã e da tarde. De acordo com a Pasta, o tempo extra vai proporcionar ao professor um melhor planejamento da aula. Já para os estudantes, a medida possibilitará que os conteúdos da disciplina sejam mais assimilados.

Estudantes terão mais matemática e português em 2025

A grade é composta por sete disciplinas diárias de 45 minutos cada desde 2020. O ajuste também vai alterar os horários de saída dos alunos. Para aqueles do período matutino, a saída será às 12h20. Já para o vespertino, a última aula termina às 18h20. "A rede estadual paulista volta a se adequar ao que já é frequente em outras redes de ensino público. Com mais tempo, os professores têm a oportunidade de organizar melhor os planos de aula e os estu-

Governo estadual amplia tempo de aulas para 50 minutos

Medida entra em vigor a partir do próximo ano letivo e abrange os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio



Liminar que suspendeu os leilões da PPP Novas Escolas foi derrubada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na noite de quinta

dantes podem utilizar o tempo extra para a execução das tarefas", explicou o secretário da Educação, Renato Feder.

Para 2025 a Seduc-SP também já definiu a adequação da matriz curricular do Ensino Médio em consonância com a Política Nacional do Ensino Médio (lei nº 14.945/2024), aprovada em julho e que reorganiza a carga horária da formação básica geral para 2.400 horas e itinerários formativos para 600 horas. Com as mudanças, os alunos da 3ª série terão um aumento de 78% do tempo das aulas de língua portuguesa e de 33% de matemática. Não há mudanças nos itinerários formativos, que seguem com três opções de áreas, duas acadêmicas (exatas e humanas) e a técnica profissional.

A novidade é a inclusão de mais duas disciplinas na matriz curricular da rede estadual de São Paulo. Alunos da 3ª série do Ensino Médio e também do 9º ano do Ensino Fundamental terão por semana mais duas aulas de orientação de estudos de matemática e outras duas de orientação de estudos de língua portuguesa.

A disciplina de educação financeira, incluída no currículo paulista a partir deste ano, também será reorganizada entre os anos e séries. As aulas focadas no aprendizado de matemática e em como os estudantes podem construir uma relação melhor com o dinheiro ao longo da vida serão obrigatória na grade do 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental e 1º e 2º séries do Ensino Médio. Além disso, a aula de leitura e redação será ofertada a todas as séries dos anos finais do Fundamental. "Optamos por dar uma atenção especial aos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática nas séries finais dos ciclos. Neste ano, já havíamos ampliado a carga horária das duas disciplinas nos anos finais

do Ensino Fundamental e Médio, em 70% em matemática e 60% em português", acrescentou Feder.

CALENÁRIO 2025
A Seduc-SP também definiu o calendário do próximo ano. Em 2025, as aulas do primeiro semestre terão início em 3 de fevereiro. O recesso escolar do meio do ano está previsto para o período entre os dias 1º e 20 de julho. Para o cumprimento dos 200 dias letivos, estabelecido pela Lei de Diretrizes e Base (LDB), o fim das atividades está agendado para 9 de dezembro.

LEILÃO NOVAS ESCOLAS
O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) acolheu o recurso do governo de São Paulo e derrubou na noite de quinta-feira a liminar emitida um dia antes que suspendia os leilões do projeto de parceria público-privada (PPP) para a construção de novas escolas. O projeto entrega a iniciativa privada, por 25 anos, o serviço de construção, manutenção e gestão de serviços não pedagógicos de escolas estaduais. Campinas e Itatiba são as duas cidades da Região Metropolitana contempladas pelo projeto com futuras unidades.

Na terça-feira, 29, ocorreu o primeiro leilão, vencido pelo Consórcio Novas Escolas Oeste SP, que ficou responsável pelo serviço de 17 unidades educacionais e vai receber do governo R\$ 11,9 milhões ao mês. Na quarta-feira, 30, em ação movida pela Apeesp, um dos sindicatos que representa os professores da rede estadual de ensino de São Paulo, contra a Secretaria da Fazenda e Planejamento, o juiz Luis Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara de Fazenda Pública, concedeu liminar que suspendeu temporariamente o leilão realizado no dia anterior e impediu o seguinte, previsto para 4 de novembro. Nesta quinta-feira, o pre-

sidente do TJ-SP, desembargador Fernando Antônio Torres Garcia, cassou essa liminar. Na decisão, Garcia afirmou que a interrupção dos leilões pode causar prejuízos à ordem pública, interferindo na execução regular da política pública de educação. "A suspensão dos leilões afeta o cronograma de implementação de obras e serviços essenciais para as escolas estaduais, com o consequente comprometimento da execução de melhorias e manutenções dentro do prazo projetado e, pois, com a possibilidade concreta de grave prejuízo para a qualidade e a segurança do ambiente escolar e do andamento das atividades de ensino", afirmou o presidente do TJ-SP. Após a decisão, a Apeesp convocou um ato para o dia 4 de novembro, segunda-feira, dia em que o leilão do Lote Oeste será realizado, às 13 horas. Será definida a concessionária responsável pelo serviço em 16 escolas.

O projeto de parceria público-privada (PPP) Novas Escolas prevê a construção de 33 unidades de ensino, para atender 35 mil estudantes dos ensinos Fundamental e Médio, com investimento previsto de aproximadamente R\$ 2,1 bilhões. Segundo o governo do Estado, a parte pedagógica vai continuar sob responsabilidade exclusiva da Secretaria Estadual da Educação, assim como a contratação de professores. Após a construção da unidade escolar, o parceiro privado vai oferecer apenas serviços não pedagógicos, como a manipulação de alimentos, vigilância e portaria, limpeza, jardinagem e controle de pragas, tecnologia da informação e serviços administrativos. A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsp) será responsável pela regulação e fiscalização dos serviços prestados pela concessionária. (com Estúdio Conteúdo e Agência SP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 6